



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 103/2025

Sala de Comissões, 19 de dezembro de 2025.

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 103/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER Nº 90/2025

Ementa: **Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 1.083, de 02 de outubro de 2017, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no âmbito do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, e dá outras providências.**

I – RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 103/2025**, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, propõe alterações e acréscimos à **Lei Municipal nº 1.083/2017**, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), especialmente no que se refere à **possibilidade de dedução de materiais empregados na construção civil da base de cálculo do imposto**.

A proposição tem como fundamento a **necessidade de adequação da legislação tributária municipal ao entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, bem como às orientações técnicas da Confederação Nacional de Municípios (CNM), no sentido de que a dedução de materiais somente é admitida quando estes forem **produzidos pelo prestador fora do local da obra e comercializados separadamente, com incidência do ICMS**.

O projeto promove ajustes procedimentais, estabelece requisitos documentais, atribui ao contribuinte o ônus da comprovação das deduções pretendidas e reforça a competência da Administração Tributária para análise e eventual descon sideração de deduções irregulares, visando **segurança jurídica, eficiência fiscalizatória e proteção da arrecadação municipal**.

A matéria foi encaminhada a esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento para análise restrita aos **aspectos fiscais, financeiros e orçamentários**, nos termos do **Regimento Interno da Câmara Municipal**, da **Lei Orgânica do Município** e da **Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

II – ANÁLISE DOS ASPECTOS FISCAIS

Sob o aspecto fiscal, verifica-se que o Projeto de Lei **não cria novo tributo**, tampouco majora alíquotas, limitando-se a **disciplinar a base de cálculo do ISSQN**, em conformidade com a legislação federal e a jurisprudência dominante.

Destaca-se que a proposição **não configura renúncia de receita**, nos termos do **art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)**. Ao contrário, a medida visa **evitar deduções indevidas**, assegurando a correta apuração do imposto e o cumprimento do disposto no **art. 11 da LRF**, que impõe ao ente municipal o dever de instituir, prever e efetivamente arrecadar os tributos de sua competência.

Assim, o projeto contribui para a **preservação e fortalecimento da receita tributária municipal**, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal.

III – ANÁLISE DOS ASPECTOS FINANCEIROS



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 103/2025

No que se refere ao aspecto financeiro, constata-se que o Projeto de Lei **não gera despesas ao erário municipal**, uma vez que não cria obrigações financeiras, subsídios ou benefícios econômicos.

Ao estabelecer critérios objetivos para a dedução de materiais e reforçar os mecanismos de controle fiscal, a proposição tende a **aperfeiçoar a arrecadação do ISSQN**, refletindo positivamente no equilíbrio das finanças públicas municipais, sem implicar custos adicionais à Administração.

IV - ANÁLISE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

Quanto ao aspecto orçamentário, verifica-se que o Projeto de Lei **não exige dotação orçamentária específica**, tampouco abertura de créditos adicionais, não impactando a execução da **Lei Orçamentária Anual (LOA)**.


A matéria mostra-se **compatível com o Plano Plurianual (PPA)** e com a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, uma vez que não cria programas, ações ou despesas continuadas, limitando-se a aperfeiçoar a legislação tributária vigente.

Ressalva-se que a aplicação da norma deve observar os **princípios** previstos no **art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal**, quando cabíveis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se **favoravelmente à tramitação e aprovação** do projeto de lei, **com os votos individuais de seus membros devidamente registrados**, em observância aos princípios da **transparência, legalidade e responsabilidade fiscal**, concluindo, assim, a apreciação da matéria no âmbito desta Comissão.

☒ Favorável ☐ Contrário ☐ Abstenção


Reginaldo Pereira de Aquino
Presidente

☐ Favorável ☐ Contrário ☐ Abstenção

Uémersom Rômulo Lopes da Silva
Secretário

☒ Favorável ☐ Contrário ☐ Abstenção


Itamar Antonio Constanção
Membro